

O ESTADO DA ARTE SOBRE INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIAS NOS INSTITUTOS FEDERAIS

POLIANA CAVALCANTE DE SOUZA

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), polianac.souza@hotmail.com;

ANDREZA MARIA DE LIMA

Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora do IFPE. Atua nas licenciaturas em Física e Matemática do campus Pesqueira. É professora permanente do ProfEPT, no campus Olinda, andreza.lima@pesqueira.ifpe.edu.br.

RESUMO

Neste artigo, analisamos a produção científica sobre inclusão dos estudantes com deficiência nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) no período de 2014-2020. O estudo é de abordagem qualitativa, de caráter exploratório e bibliográfico, denominado Estado da Arte. Consultamos o Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Observatório do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional em Rede Nacional (ProfEPT). Para a análise, utilizamos a Técnica de Análise de Conteúdo Categórica Temática. Localizamos um total de 21 trabalhos. Os resultados das produções apontaram que os IFs vêm caminhando para que as diversidades sejam respeitadas e reconhecidas. Porém, apesar dos avanços, barreiras precisam ser ultrapassadas, como a falta de acessibilidade, ausência de Tecnologia Assistiva, recursos humanos, formação continuada aos docentes, equipe técnica, gestores. O Estado da Arte possibilitou perceber a necessidade de ampliação de pesquisas desenvolvidas sobre a temática, sobretudo nos cursos técnicos subsequentes.

Palavras-chave: Inclusão; Estudantes com deficiência; Institutos Federais; Estado da Arte.

INTRODUÇÃO

A inclusão das pessoas com deficiência se constitui uma temática que vem sendo discutida em diferentes segmentos da sociedade. Historicamente, esses sujeitos foram considerados fora do padrão imposto pela sociedade. A negação e a violação dos direitos humanos a esses sujeitos resultaram em práticas de exclusão, segregação e integração (SASSAKI,2006).

Hoje, o paradigma da inclusão propõe uma nova forma de organização dos espaços na sociedade e mudanças nas relações sociais para o reconhecimento e respeito do outro como pessoa e como sujeito de direitos e liberdades, independente das necessidades individuais, etnia/raça, gênero, condição socioeconômica e cultural.

A inclusão, no contexto educacional, vem exigindo a reformulação dos sistemas educacionais, que foram constituídos numa perspectiva homogeneizadora/padronizada. Isso porque o desenvolvimento de uma proposta pedagógica da escola na perspectiva inclusiva implica na remoção das barreiras para aprendizagem e participação de todos nos espaços educativos.

No âmbito especificamente da Educação Profissional Técnica de Nível Médio¹, a inclusão das pessoas com deficiência ganhou maior visibilidade a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio de 2012, Resolução CNE/CEB nº 6/2012, que preceituou o reconhecimento dos sujeitos e suas diversidades com um dos princípios da Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Neste contexto, o artigo 6º, inciso X, apresenta o “reconhecimento dos sujeitos e suas diversidades, considerando, entre outras, as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades” (BRASIL, 2012).

Recentemente, porém, tivemos a publicação da Resolução nº 01 (BRASIL,2021) que revoga a Resolução nº 6/2012 e dispõe das novas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional e Tecnológica (DCNEPT). Nessas Diretrizes, há supressão do reconhecimento à diversidade

1 A Educação Profissional pode ser desenvolvida por meio de distintos cursos e programas, dentre eles a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, que poderá ser desenvolvida de maneira Integrada, Concomitante e Subsequente. Destacamos que, em 2008, a Lei nº 11.892 (BRASIL, 2008) instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) e criou os IFs.

de sujeito, como também vêm sendo criticada por estudiosos de diferentes áreas da educação ao retomar uma proposta formativa que precariza a formação humana e com a fragmentação da formação técnica e profissional voltada para o setor produtivo na perspectiva tecnicista.

De acordo com a Resolução CNE/CB nº 6/2012 (BRASIL, 2012), os cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio têm por finalidade proporcionar ao estudante conhecimentos, saberes e competências profissionais necessários ao exercício profissional e da cidadania, com base nos fundamentos científico-tecnológicos, socio-históricos e culturais (art. 5º). Recentemente foi promulgada a Lei nº 13.409/2016 (BRASIL, 2016), uma ação afirmativa que busca garantir a reserva de vagas de 5% para alunos com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino.

Neste artigo, analisamos a produção científica sobre inclusão dos estudantes com deficiência nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) no período de 2014- 2020. Trata-se de estudo que faz parte de um trabalho em desenvolvimento no mestrado profissional em Educação Profissional e Tecnológica (EPT), cujo objetivo geral é analisar as representações sociais de inclusão de estudantes com deficiência construídas por professores de cursos técnicos subsequentes do IFPE - campus Olinda. A Teoria das Representações Sociais (TRS), proposta por Serge Moscovici, fornece subsídios para compreender e identificar os conhecimentos, valores e crenças que são construídos por um grupo acerca de determinado objeto, auxilia na ascensão de mudanças, de construção de novos saberes (NOVAES, 2010).

Os cursos subsequentes, foco da nossa pesquisa no mestrado, são destinados aos educandos que concluíram o Ensino Médio e buscam uma formação profissional para inserção no mundo do trabalho ou continuação do eixo profissional no Ensino Superior. Esses cursos, embora tenham sido constituídos sob a égide profissionalizante de modo tecnicista visando atender as demandas do mercado de trabalho (RAMOS, 2014; CIAVATTA; RAMOS, 2011; SAVIANI, 2007), atualmente, estão ancorados a uma concepção de Educação Profissional e Tecnológica em que trabalho, ciência, tecnologia e cultura são considerados dimensões indissociáveis da formação humana integral do sujeito crítico e autônomo para a compreensão e atuação da realidade através do trabalho (RAMOS, 2014; SAVIANI, 2007).

Consideramos que esta pesquisa é relevante, pois estudos da produção do conhecimento, comumente denominados “Estado da Arte”, possibilitam

conhecer o que está sendo produzido em uma determinada área de conhecimento acerca de um tema. Para Frigotto et al. (2018), essa sistematização das produções do conhecimento é fundamental na construção da pesquisa, pois possibilita conhecer lacunas e inovações sobre o objeto de estudo.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Educação Profissional e Tecnológica e a pessoa com deficiência

A trajetória histórica da Educação Profissional no Brasil se configurou de forma dualista. Com a separação do trabalho em classes, é instituída uma dualidade do processo educativo: uma educação voltada para as classes proprietárias, centrada nas atividades intelectuais; e uma educação para as classes não proprietárias, centrada no exercício das funções de produção manuais e manufatureiras realizadas no próprio trabalho (SAVIANI, 2007).

Assim, a educação destinada à pessoa com deficiência por meio da educação profissional não divergiu dessa dualidade. Esteve marcada pela perspectiva assistencialista para profissionalização, que legitimou estigmas e discriminações que reforçam no imaginário social a visão de incapacidade intelectual dessas pessoas, ao restringir a educação às funções manuais do trabalho (PASSERINO; PEREIRA, 2014).

De acordo com Mazzota (2011), de 1854 até 1956, a institucionalização da educação profissional para as pessoas com deficiência se configurou de forma mais particular e isolada, sem muita atuação do Estado. Assim, as primeiras instituições educacionais de caráter profissionalizante foram: o Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atualmente nominado de Instituto Benjamin Constant (IBC); e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, atualmente denominado de Instituto Nacional da Educação de Surdos (INES). Nessas instituições, eram ofertados trabalhos manuais para as pessoas com deficiência, através das oficinas para aprendizagem de ofícios como “oficinas de tipografia e encadernação para os meninos cegos” e de tricô para meninas; oficinas de sapataria, encadernação, pautação e douração para os meninos (MAZZOTTA, 2011, p.30).

A partir do final da década de 1950, percebe-se alguns avanços nas políticas educacionais para a educação das pessoas com deficiência. No entanto, a concepção de educação para essas pessoas esteve direcionada ao princípio da integração, na qual a relação do sujeito com o social ocorre

de forma unilateral, colocando o indivíduo na posição de responsável em superar as barreiras apresentadas neste meio (SASSAKI, 2006), como também houve um reforço às classes e instituições especiais², permeando esse paradigma também na educação profissional.

No início do século XXI, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) ampliou ações institucionais para garantir não somente o ingresso, mas também a permanência dos estudantes com deficiência nos IFs. Uma dessas ações é o Programa de Tecnologia, Educação, Cidadania e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (Tec Nep), implantado em 2000 na rede federal de ensino profissional visando a promoção de acesso, permanência e participação das pessoas com deficiência. Esse Programa estabelece o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) nas Instituições Federais de Educação Tecnológica (SOARES; MELO, 2016). Diante do exposto, podemos dizer que há um movimento de reconhecimento e valorização da pessoa com deficiência como pessoa de direitos, liberdades, potencialidades para participar, desenvolver e aprender no meio escolar (MANTOAN, 2003, 2006; CARVALHO, 2019). Esse movimento vem sendo refletido e ampliado na EPT na busca de atender a orientação normatizadora da Resolução CNE/CEB nº 6/2012, na defesa de uma formação humana integral, cidadã e inclusiva que esteja articulada com os conhecimentos constituintes do mundo do trabalho e atuação social de forma autônoma e consciente através do trabalho.

METODOLOGIA

O estudo é de abordagem qualitativa, de caráter exploratório e bibliográfico, denominado comumente de “Estado da Arte”, conforme já indicamos.

Para a pesquisa da produção de conhecimento na área da educação e ensino acerca da inclusão dos estudantes com deficiência nos IFs, consultamos o Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), considerando o período 2014-2019³, e o Observatório do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional

2 As instituições especializadas foram estabelecimentos constituídos para a oferta de serviços direcionados a atender de uma deficiência específica. As classes especiais foram espaços educacionais implantados no sistema regular de ensino a partir da década de 70 que se configuraram de forma segregacionista do ensino regular para o atendimento educacional das pessoas com deficiência (GLAT; FERNANDES, 2005)

3 No Banco da CAPES estavam disponíveis as produções científicas até 2019.

em Rede Nacional (ProfEPT), considerando as produções de 2019 e 2020. Isso porque esse Programa foi instituído em 2017. Por isso, possui produções concluídas a partir de 2019.

No Banco da CAPES, utilizamos, como descritores, conjuntamente os termos “inclusão de estudantes com deficiência” e “institutos federais” separados pelo elemento de concatenação “and” conforme indicando pela Banco de dados. Já para o Observatório do ProfEPT, utilizamos apenas termo “inclusão”. A escolha pela utilização de descritores distintos na CAPES e no Observatório do ProfEPT decorre da necessidade de uma maior aplicação restritiva na primeira base, em virtude da amplitude de público e contextos educacionais de produções científicas em relação à inclusão. Já para a segunda base, não houve restrição do termo “inclusão” trabalhos recentes. Nos dois bancos de dados, selecionamos os estudos a partir do título e do resumo. Os trabalhos, quando localizados e disponíveis na plataforma e/ou nas páginas dos Programas de Pós-Graduação, foram lidos na íntegra.

Para análise dos trabalhos, tivemos o apoio da Técnica de Análise de Conteúdo Categrorial Temática, conforme Bardin (1977). Buscamos identificar em cada produção os seguintes aspectos: objetivos, referenciais teóricos, percurso metodológico (campo empírico, participantes da pesquisa instrumentos de coleta e análise) e principais resultados. Nesse processo, conservamos as informações apresentadas em cada produção científica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Localizamos, na plataforma da CAPES, 14 trabalhos sobre inclusão de pessoas com deficiência nos IFs; e, no Observatório do ProfEPT, sete produções.

Das produções da CAPES, não realizamos a leitura de duas pesquisas devido a não disponibilidade desses trabalhos na plataforma. Os trabalhos lidos na íntegra nas duas bases (21) foram organizados em duas categorias temáticas: “Educação Inclusiva: visões⁴ e/ou práticas de atores escolares” - que reúne 11 estudos que abordaram o processo de inclusão no âmbito dos IFs a partir de visões e/ou práticas de atores escolares ligados a gestão institucional, à docência do ensino regular, ao profissional da Educação Especial e/

4 O termo “visões” é utilizado aqui no sentido geralista, buscando representar termos como “concepções” e “sentidos” que aparecem nos trabalhos.

ou ao grupo discente com deficiência⁵; e “*Educação Inclusiva: ações institucionais de Institutos Federais*” - que reúne dez trabalhos que focalizaram ações institucionais de acesso e permanência nos IFs.

Educação Inclusiva: visões e/ou práticas de atores escolares

Na primeira categoria, localizamos os trabalhos de Souza (2020), Pereira (2020), Menezes (2020), Andrade (2019), Freitas (2019), Silva, P. (2018), Silva, C., (2018), Medeiros (2017), Arenega (2016), Costa (2016) e Santos (2014).

No que se refere aos objetivos das pesquisas, duas produções tiveram como objeto central a inclusão de estudantes com deficiência visual nos IFs (SILVA, P., 2018; SILVA, C., 2018). Os objetivos foram: analisar como ocorre a participação de estudantes com deficiência visual nos jogos de linguagem que envolvem o ensino da Matemática no curso Técnico Integrado de Segurança do Trabalho do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA) - campus São Luís Monte Castelo (SILVA, P., 2018), e compreender como se organizou o processo de inclusão de dois estudantes com deficiência visual, um com cegueira e outro com baixa visão, ambos egressos do Curso Técnico Integrado em Agropecuária do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) campus Crato (SILVA, C., 2018).

Outros três estudos focalizaram estudantes surdos no IFs (PEREIRA, 2020; MENEZES, 2020; FREITAS, 2019). Os objetivos dessas pesquisas foram: analisar como a atuação conjunta dos docentes e dos tradutores - intérpretes de Libras (TILS) - pode proporcionar ao aluno surdo uma educação inclusiva na realidade da Educação Profissional e Tecnológica (PEREIRA, 2020); elaborar um Produto Educacional voltado à formação dos professores que atuam com os estudantes surdos na sua rotina educacional (MENEZES, 2020); e compreender o processo de inclusão dos alunos surdos nos Cursos Técnicos de Nível Médio na forma integrada do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM)- campus Manaus Centro (FREITAS, 2019).

Outras pesquisas tiveram os seguintes objetivos: construir uma proposta didático-pedagógica de ensino e aprendizagem de Língua Portuguesa

5 Destacamos que dez desses trabalhos foram desenvolvidos em Programas de Pós-graduação de natureza acadêmica e três em Programas de caráter profissional o que, certamente, se deve ao fato de a implantação dessa Pós-Graduação ser recente.

a partir das concepções da teoria histórico-cultural de Vygotsky para aluno com Transtorno do Espectro Autista do curso médio integrado em agropecuária do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS), campus São Cristóvão (SOUZA, 2020); analisar o processo de inclusão de alunos com deficiência intelectual no ensino profissional técnico de nível médio no campus Boituva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), sob o foco das práticas pedagógicas inclusivas (ANDRADE, 2019); analisar o fazer pedagógico dos professores especialistas da Educação Especial no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFF) (MEDEIROS, 2017).

Ainda em relação aos objetivos, as demais produções buscaram investigar as simbolizações de professores de cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) acerca da educação de pessoas com deficiência (ARENEGA, 2016); apresentar representações de como ocorre a inclusão a partir da visão de alunos com necessidades educacionais específicas, professores, diretores de ensino e coordenação do NAPNE, e a partir disso estabelecer uma intervenção na realidade (COSTA, 2016); identificar a concepção dos gestores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) sobre a inclusão de alunos com necessidades educacionais específicas na educação profissional, a partir da ação do NAPNE (SANTOS, 2014).

No que se refere aos resultados das pesquisas agrupadas nesta primeira categoria, destacamos que as produções apontaram para necessidade de aceitação do outro enquanto sujeito de conhecimento e com expressões comunicativas próprias, como as pessoas com transtorno do espectro autista (SOUZA, 2020); a importância de Tradutores Intérpretes em Libras (TILS) e a necessidade de parceria e diálogo entre docentes e TILS para inclusão do aluno surdo (PEREIRA, 2020); barreiras no processo de inclusão dos estudantes surdos como: falta de acolhimento no ingresso do aluno surdo, necessidade de contratação de mais TILS (MENEZES, 2020).

Ainda sobre os resultados das produções, indicaram a necessidade de ressignificar atitudes e concepções dos professores acerca da inclusão escolar e Deficiência Intelectual (ANDRADE, 2019); a necessidade de garantia da acessibilidade pedagógica, comunicacional, atitudinal e pedagógica para os estudantes surdos e a importância NAPNE como principal política de inclusão do IFs (FREITAS, 2019); a importância do diálogo na sala de aula entre os estudantes com deficiência visual e o professor, o desenvolvimento de práticas pedagógicas para participação de estudantes com deficiência

visual nos jogos de linguagem envolvendo a matemática (SILVA, P., 2018); a necessidade de enfrentamento de barreiras arquitetônicas, pedagógicas e metodológicas de estudantes cegos (SILVA, C., 2018); reconhecimento de investimento da instituição com o desenvolvimento de ações inclusivas mesmo ainda de forma inicial (MEDEIROS, 2017); não identificação de uma única representação associada aos estudantes com deficiência por parte dos professores (ARENEGA, 2016); ausência de formação da equipe do NAPNE (COSTA, 2016) e a não consolidação do NAPNE na instituição (SANTOS, 2014).

Educação Inclusiva: ações institucionais de Institutos Federais

Nesta segunda categoria, localizamos os trabalhos desenvolvidos por Lima (2020), Santos Junior (2020), Cunha (2020); Oliveira (2018), Krebs (2017), Mendes (2017), Perinni (2017), Rocha (2016), Dall'Alba (2016) e Soares (2015).

No que se refere aos objetivos das pesquisas, cinco das produções tiveram como objeto central a atuação do NAPNE (CUNHA, 2020; OLIVEIRA, 2018; PERINI, 2017; DALL'ALBA, 2016; SOARES, 2015). Os objetivos foram confeccionar um Manual Pedagógico, sob os paradigmas da educação inclusiva, junto ao Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas IFAL, campus Piranhas (CUNHA, 2020); contextualizar os processos de inclusão no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM) - campus Uberaba a partir do NAPNE (OLIVEIRA, 2018).

Ainda acerca dos objetivos, buscou-se investigar se as ações desenvolvidas pelos NAPNE's dos campi Itapina e Santa Teresa do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES) contribuem para assegurar as condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem de alunos com necessidades educacionais específicas na educação profissional integrada ao Ensino Médio (PERINNI, 2017).

Buscaram-se ainda nos trabalhos, propor por meio do diagnóstico realizado com os professores do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), campus Zona Leste, indicadores que orientem a melhoria na execução das atribuições do NAPNE (DALL'ALBA, 2016); e avaliar a realidade dos NAPNE's implantados no Instituto Federal de

Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) através do Programa de Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (Programa Tec Nep) (SOARES, 2015).

As demais pesquisas tiveram os seguintes objetivos: analisar a política de educação inclusiva proposta pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) para os estudantes com necessidades específicas dos cursos técnicos integrados de nível médio (LIMA, 2020); analisar como ocorre o processo de inclusão dos estudantes surdos no Curso Técnico Subsequente de Suporte e Manutenção em Informática IFS, campus Socorro (SANTOS JUNIOR, 2020); analisar os processos de gestão relacionados à acessibilidade e à inclusão dos estudantes surdos nos IFs do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina (KREBS, 2017); conhecer as ações institucionais de 38 IFs do Brasil para o atendimento ao público da Educação Especial (MENDES, 2017); e analisar a Política de Educação Especial nos PDIs de 36 IFs (ROCHA, 2016).

Em relação aos resultados das pesquisas desta segunda categoria, destacamos que as produções que tiveram como objeto central a atuação do NAPNE apontaram: a importância do NAPNE na inclusão de estudantes com deficiência (CUNHA, 2020); a necessidade de implantação das salas de Atendimento Educacional Especializado e Formação docente (OLIVEIRA, 2018); ausência de disponibilidade orçamentária, de recursos humanos específicos para o NAPNE e aspectos arquitetônicos (PERINNI, 2017); necessidade de melhorias no planejamento e implantação das ações propostas pelo NAPNE de forma articulada (DALL'ALBA, 2016) o Programa Tec Nep significou um grande avanço para as políticas de inclusão no IFRN; porém, dificuldades foram apontadas para a implementação e atuação dos NAPNE's: estrutura física, recursos materiais, humanos e de ordem financeira, experiência dos Coordenadores dos Núcleos na área e barreiras atitudinais (SOARES, 2015).

As demais pesquisas apontaram a necessidade de formação dos professores, bem como ações para a construção de um currículo acessível para os estudantes (LIMA, 2020); formação da comunidade escolar (SANTOS JUNIOR, 2020); acessibilidade e a inclusão dos estudantes surdos são ações isoladas e pontuais (KREBS, 2017).

As produções ainda apresentaram que a estruturação dos núcleos de acessibilidade estão a depender das gestões locais, bem como outros desafios, como: a contratação dos profissionais para Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a oferta de formação continuada (MENDES, 2017);

que as ações do NAPNE têm possibilitado o acesso e a aprendizagem; no entanto, esse núcleo tem sido apontado como único setor responsável para a implementação de políticas para a escolarização do público da educação especial (ROCHA, 2016).

Apesar dos avanços que vêm sendo obtidos pelos IF's, há desafios que precisam ser ultrapassados evidenciados nas duas categorias. Dentre os desafios apontados nos resultados das pesquisas, a necessidade de ultrapassagem das barreiras arquitetônicas, pedagógicas e metodológicas nos IFs (FREITAS, 2019; SILVA, C., 2018; COSTA, 2016), como também de superação das barreiras relacionadas ao orçamento, dimensão arquitetônica, atitudinal, recursos humanos e materiais para a organização e implantação dos NAPNEs nos IFs (PERINNI, 2017; KREBS, 2017; MENDES, 2017; D'ALBA, 2016; SOARES, 2015) e a necessidade de investimento da IF e de gestores com o desenvolvimento de ações ligadas à inclusão (MEDEIROS, 2017; SANTOS, 2014).

Sobre os autores mais referenciados nos trabalhos localizados na primeira e segunda categoria acerca da Inclusão social e educacional citados 2 vezes ou mais, destacaram-se: Romeu Kazumi Sassaki (11), Marcos José Mazzotta (9), Maria Teresa Eglér Mantoan (9), Rosita Elder Carvalho (6), Gilberta de Martino Jannuzzi (4), Eduardo José Manzini (3) e Rosana Glat (2). São autores renomados e com vasta experiência na área da Educação Especial e estudos acerca do paradigma da Inclusão em diferentes segmentos sociais em relação à pessoa com deficiência.

No que concerne ao campo empírico das pesquisas localizadas, identificamos IFs de diferentes regiões e estados brasileiros. Na região Sudeste: Espírito Santo (1), Minas Gerais (1), São Paulo (2) e Rio de Janeiro (1); na região Nordeste: Rio Grande do Norte (1), Sergipe (2), Ceará (1), Alagoas (2) e Maranhão (1); na região Sul: Rio Grande de Sul e Santa Catarina (1) de modo concomitante e Rio Grande de Sul (2); na região Norte: Amazonas (2) e Rondônia e na região Centro-Oeste: Goiás (1). Destacamos que dois trabalhos tiveram como campo empírico IFs de diversos estados e regiões do Brasil (MENDES, 2017; ROCHA, 2016).

No que se refere aos participantes das pesquisas, diversos atores da comunidade escolar participaram dos estudos. Destacamos que algumas pesquisas contaram com a participação de mais de um grupo do segmento escolar. Dessa forma, os mais frequentes nos trabalhos foram: docentes (12), gestores (7), estudantes com deficiência (6) e professores da Educação Especial (1). Assim, há um direcionamento maior desses estudos para os

docentes da área básica e/ou profissional e os gestores dos IFs, com destaque para os Coordenadores dos NAPNEs (4). Destacamos que duas pesquisas foram bibliográficas (OLIVEIRA, 2018; ROCHA, 2016).

Sobre os procedimentos de coleta, 14 trabalhos utilizaram mais de um instrumento (LIMA, 2020; SOUZA, 2020; SANTOS JUNIOR, 2020; PEREIRA, 2020; CUNHA, 2020; ANDRADE, 2019; FREITAS, 2019; SILVA, P., 2018; KREBS, 2017; MENDES, 2017; PERINNI, 2017; ROCHA, 2016; DALL'ALBA, 2016 e COSTA, 2016).

No entanto de todos os trabalhos analisados, a entrevista (13) foi o instrumento mais utilizado nos estudos, seguido da pesquisa documental (11), do questionário (8), do Estudo de caso (5), da observação (5), do Grupo focal (3), e da pesquisa-ação (2).

Sobre a análise de dados, destacamos a recorrência da Técnica de Análise de Conteúdo, em 11 trabalhos. No que concerne à análise de outras três produções, uma pesquisa utilizou o Materialismo Histórico Dialético, dois estudos utilizaram a Análise do Discurso e outro trabalho a Teoria Wittgensteiniano. Em sete pesquisas não localizamos informações sobre como foi realizada a análise.

Na CAPES, três trabalhos (Oliveira, 2018; Costa, 2016 e Dall'Alba, 2016) foram desenvolvidos no Mestrado Profissional e tiveram os seguintes Produtos Educacionais (PE): cartilha para orientar os docentes sobre a Educação Especial no contexto da Educação Inclusiva (Dall'Alba, 2016) e um plano de ação com ambiências para a comunidade escolar (Costa, 2016). No trabalho desenvolvido por Oliveira (2018) não há menção do produto educacional.

Quanto aos PE construídos no ProfEPT, podemos destacar os seguintes: Material didático (jogo) na área da linguagem para possibilitar o desenvolvimento cognitivo, estímulo a comunicação e interação do estudante com Transtorno do Espectro Autista e os pares (SOUZA, 2020); Material didático (jogo) para o processo de formação da comunidade escolar a partir do aperfeiçoamento das práticas cotidianas direcionadas aos estudantes surdos (SANTOS JUNIOR, 2020); Guia de orientações para acessibilidade curricular com a finalidade de auxiliar os docentes e a comunidade acadêmica sobre a temática, acolhimento, organização curricular funcional, adequações para acessibilidade (LIMA, 2020); e-book sobre inclusão de estudantes surdos, destinado aos docentes para o desenvolvimento de práticas inclusivas aos professores (PEREIRA, 2020); Manual Pedagógico para colaborar com o trabalho desenvolvido pelo Ncleo de Atendimento as Pessoas com

Necessidades Específicas (NAPNE) (CUNHA, 2020); formação docente para inclusão de estudantes surdos (MENEZES, 2020) e Guia didático-instrucional para a comunidade escolar, com informações e conhecimentos básicos sobre o processo de inclusão escolar de alunos surdos e inclusão escolar de alunos surdo (FREITAS, 2019).

Os trabalhos localizados na CAPES e no Observatório do ProfEPT trouxeram contribuições para o campo da Educação Profissional e Tecnológica. Todavia, constatamos que a maioria das pesquisas nos IFs localizadas nesses bancos tiveram como foco, fundamentalmente, o Ensino Médio Integrado. Encontrou-se somente uma produção científica direcionada para o curso técnico subsequente (SANTOS JUNIOR, 2020).

Os resultados das produções científicas mostraram um movimento de reconstrução da concepção de educação escolar no âmbito da EPT em que a diversidade e as identidades dos sujeitos são reconhecidas e valorizadas na defesa de uma formação humana integral, cidadã e inclusiva que esteja articulada com os conhecimentos constituintes do mundo do trabalho e atuação social de forma autônoma e consciente através do trabalho. Assim, pode-se dizer que há um movimento de valorização da pessoa com deficiência como pessoa de direitos, liberdades, potencialidades para participar, desenvolver e aprender no meio escolar (MANTOAN, 2003, 2006; CARVALHO, 2019). Apesar dos avanços obtidos, as pesquisas revelaram ainda muitos desafios para uma educação na perspectiva inclusiva como: falta de acessibilidade, ausência de Tecnologia Assistiva, recursos humanos, formação continuada aos docentes, equipe técnica e gestores.

Dentre os desafios apontados nas produções das duas categorias, constatamos que a necessidade de formação docente constituiu um fator de incidência nesses estudos para orientar o desenvolvimento e a ressignificação de práticas educativas inclusivas nos Institutos, como o de Lima (2020), Pereira (2020), Menezes (2020), Freitas (2019), Silva, P. (2018), Oliveira (2018), Mendes (2017), Arenega (2016), Costa (2016) e Santos (2014).

De acordo com Mantoan (2003, 2006) e Martins (2011), a preparação do docente nas instituições de ensino possibilita romper com uma visão homogênea, segregacionista do sujeito para o desenvolvimento de práticas pedagógicas de reconhecimento da pluralidade de estudantes presentes no meio escolar. A formação continuada docente nos IFs é fundamental para que as representações sociais de inclusão de estudantes com deficiência construídas pelos professores sejam elaboradas e orientadas para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente estudo, recorte de uma pesquisa maior, analisamos a produção científica da pós-graduação brasileira sobre inclusão dos estudantes com deficiência nos IFs no período de 2014-2020. Os resultados apresentados pelas produções mostram que os IFs pesquisados vêm caminhando na perspectiva de uma educação inclusiva. No entanto, conforme já indicamos ainda há a necessidade de superação muitos desafios nos IFs.

A formação continuada docente nos IFs é fundamental para que as representações sociais de inclusão dos alunos com deficiência construídas pelos professores sejam orientadas e realizadas no sentido de desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas.

Reconhecemos a necessidade de ampliação de pesquisas sobre inclusão nos IFs, sobretudo nos cursos técnicos subsequentes, foco da nossa pesquisa maior. Além disso, identificamos apenas um trabalho desenvolvido à luz da Teoria da Representação Social (ARENEGA, 2016) foco da pesquisa de Mestrado. Conforme indicamos, essa Teoria contribui para a compreensão dos saberes e práticas construídas pelo grupo social nas relações cotidianas acerca de um determinado objeto ou fenômeno, bem como possibilita auxiliar na construção de novas representações.

Destacamos, por fim, o crescimento gradual de produções desenvolvidas nos Programas de Pós-graduação em Educação Profissional sobre a temática retratada neste trabalho, pois esses Programas têm possibilitado ao pesquisador uma formação articulada entre o objeto e a prática profissional.

REFERÊNCIAS

ARANEGA, C. A. **Representações sociais e práticas docentes no IFSP: a educação de pessoas com deficiência**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Cidade de São Paulo, 2016, 177 p. Disponível em: < https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4231464>. Acesso em: 13 de fev.2020.

ANDRADE, R. M. **Práticas inclusivas orientadas ao estudante com deficiência intelectual no Ensino Profissional Técnico de Nível Médio no Campus Boituva-IFSP**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Cidade de São Paulo, 2019, 146 p. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/>

consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7638204. Acesso em: 13 de fev.2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 06, de 20 de setembro de 2012. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio**. Diário Oficial da União, Brasília, 21 de setembro de 2012. Seção 1, p. 22-24 Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em: 02 de out. 2019.

_____. Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, 30 de dezembro de 2008. Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm>. Acesso em: 02 de out. 2019.

_____. Lei nº 13.409 de 28 de dezembro de 2016. **Altera a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino**. Diário Oficial da União, Brasília, 29 de dezembro de 2016. Seção 1, p. 3. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 02 de out. 2019.

_____. Ministério da Educação. Resolução nº 01, de 5 de janeiro de 2021. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Diário Oficial da União, Brasília, 06 de janeiro de 2021. Seção 1, p. 19. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021-297767578>. Acesso em: 20 de jan. 2021.

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. Lisboa: **Edições 70**, 1977.

CARVALHO, R. E. Educação inclusiva: com os pingos nos “is”. 13 ed. Porto Alegre: **Mediação**, 2019.

CIAVATTA, M., RAMOS, M. Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil Dualidade e fragmentação. Brasília: **Revista Retratos da Escola**, v. 5, n. 8, p. 27-41, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>. Acesso em: 09 jan. 2020.

COSTA, M. G. N da. A inclusão pelo olhar do incluído: a acessibilidade nos Campi do Instituto Federal de Rondônia (IFRO). Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Escolar)- Universidade Federal de Rondônia, 2016, 190f. Disponível em:< https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3629628>. Acesso em: 13 de fev.2020.

CUNHA, T. L da. **O manual pedagógico como ferramenta de incluso: um olhar reflexivo sobre os paradigmas educacionais do Núcleo de Atendimento s Pessoas com Necessidades Específicas do Instituto Federal de Alagoas - Campus Piranhas.** Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, Campus Avançado Benedito Bentes, 2020, 76 p. Disponível em:< https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.xhtml?popup=true&id_trabalho=9268663>. Acesso em: 05 de mar.2021.

DALL'ALBA, J. . **Inclusão no contexto dos Institutos Federais de Educação: contribuições do NAPNE do IFAM - Campus Manaus Zona Leste.** Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino Tecnológico) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. Campus Manaus Centro, 2016, 103f. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3730847>. Acesso em: 13 de fev.2020.

FREITAS, C. R de. **A inclusão de alunos surdos no instituto federal de educação, ciência e tecnologia do Amazonas: e agora, o que fazer?** Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Campus Manaus Centro, 2019, 137 p. Disponível em:<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7903276>. Acesso em: 05 de mar.2021.

FRIGOTTO, G.; NEVES, B. M.; BATISTA, E. G.; SANTOS, J. R dos. O da das pesquisas sobre os IFs no Brasil: a produção discente da pós-graduação- de 2008 a 2014. In: FRIGOTTO, G. (Org.). Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018. Disponível em: <<http://proen.ifes.edu.br>>.

KREBS, J. R. **O protagonismo da gestão educacional na efetivação da inclusão de estudantes surdos nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia**, 2016. Dissertação (Mestrado em Gestão Educacional). Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, 2016, p.184. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4130807>. Acesso em: 13 de fev.2020.

LIMA, C. B dos. S. **Acessibilidade curricular: um estudo de caso sobre inclusão escolar no Instituto Federal de Goiás - Campus Luziânia**. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Campus Luziânia, 2020, 234 p. Disponível em:<<https://repositorio.ifgoiano.edu.br/handle/prefix/1388>>. Acesso em: 05 de mar.2021.

MARTINS, L. de A. R. Inclusão escolar: algumas notas introdutórias. In: MARTINS, L. de A. R et al. Inclusão: compartilhando saberes. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MEDEIROS. B de. A. **O fazer pedagógico do professor de Educação Especial/AEE no Instituto Federal Farroupilha: desafios da inclusão**. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal de Santa Maria, 2017, 160p. Disponível em:< https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5311789>. Acesso em: 13 de fev.2020.

MENDES, K. A. M de. O. **Educação Especial Inclusiva nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia Brasileiros**, 2017. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação (FE), 2017, 165 f. Disponível em:<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5614294>. Acesso em: 13 de fev.2020.

MENEZES, M. R de. O. **Formação de professores para promoção da inclusão escolar de alunos surdos no contexto da Educação Profissional e Tecnológica de Nível Médio**. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, Campus Benedito Bentes, 2020, 124 p. Disponível em:<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9256206>. Acesso em: 05 de mar.2021.

MONTOAN, M. T. E. *Inclusão escolar- O que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Editora Moderna, 2003, 2006.

NOVAES, A. O. **Por uma análise psicossocial do curso de Direito**, 2010. Tese (Doutorado em Educação)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010, 248p. Acesso em: 10 de fev.2020.

OLIVEIRA, M. D de. **A inclusão no contexto dos Institutos Federais de Educação: a trajetória pedagógica do NAPNE/IFTM- Campus Uberaba**, 2018. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional em Educação Tecnológica). Instituto Federal Triângulo Mineiro, Campus Uberaba. Minas Gerais, 2018, p.106. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7208065>. Acesso em: 13 de fev.2020.

PERINNI, S. T. **Do direito à educação: o núcleo de atendimento às pessoas com necessidades específicas e a inclusão escolar no IFES**, 2017. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação, 2017, 227 f. Disponível em:<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5667297>. Acesso em: 13 de fev.2020.

PEREIRA, M. K. **A relação entre docente e Intérprete de Libras para inclusão de estudantes surdos na Educação Profissional e Tecnológica**. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense, 2020, 123 p. Disponível em:<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.xhtml?popup=true&id_trabalho=9296675>. Acesso em: 05 de mar.2021.

RAMOS, M. N. *História e política da educação profissional*. Curitiba, Instituto Federal do Paraná, **Coleção formação pedagógica**, v. 5, 2014.

ROCHA, V. M da. **A educação especial nos institutos federais: o que dizem os planos de desenvolvimento institucionais?** Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade da Região de Joinville, 2016, 162 f. Disponível em:< <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/>

viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3606944>. Acesso em: 13 de fev.2020.

SANTOS, A. C. A. **Inclusão na Educação Profissional: visão dos gestores do IFRJ.** Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014, 147f. Disponível em:<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1082571>. Acesso em: 13 de fev.2020.

SANTOS JUNIOR, M. L. **Inclusão na EPT: conhecer mundos por trás do silêncio.** Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, 2020, 118 p. Disponível em:<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9286123>. Acesso em: 05 de mar.2021.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** Ed. Autores Associados. São Paulo, 2007.

SILVA, P. R de J. **Inclusão de estudantes com deficiência visual nos jogos de linguagem envolvendo a Matemática.** Tese (Doutorado em Educação em Ciências e Matemática)-Universidade Federal de Mato Grosso, Universidade Federal do Pará e Universidade Estadual do Amazonas, 2018, 157f. Disponível em:< https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7137105>. Acesso em: 13 de fev.2020.

SILVA. C. A da. **Trajetórias da inclusão e caminhos de formação: percurso escolar de estudantes com deficiência visual no curso técnico em Agropecuária do IFCE - Campus Crato.** Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola)- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2018, 92f. Disponível em:<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7458864>. Acesso em: 13 de fev.2020.

SOARES, G. G. **A atuação dos núcleos de apoio às pessoas com necessidades educacionais especiais no IFRN.** Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2015, 135f. Disponível em:< https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7458864>.

capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2412951>. Acesso em: 13 de fev.2020.

SOUZA, E dos. S. **Práticas educativas de linguagem e inclusão: estudo de caso de um aluno com transtorno do espectro autista na Educação Profissional e Tecnológica**. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, 2020, 136 p. Disponível em:<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9284833>. Acesso em: 05 de mar.2021.